

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA ESCRITA ESCOLAR

Felipe de Andrade Constancio (FFP-UERJ)

felipe.lettras.ac@gmail.com

RESUMO

A premissa de que língua e sociedade são indissociáveis não pode ser negligenciada nos estudos da linguagem. Este trabalho investe nessa premissa, na medida em que concebe os pressupostos teóricos da sociolinguística como possíveis oportunidades para se operar uma intervenção mais proveitosa dos aspectos linguísticos (fonológicos e morfossintáticos) na escola básica. Por meio desses pressupostos, pode-se mapear e sistematizar uma série de fenômenos que engendram o princípio das formas variantes/alternantes, sendo um deles, por exemplo, a marcação do infinitivo na escrita. Muito se tem dito que a ausência de marcação do infinitivo no português brasileiro ocorre prototipicamente na fala, mas ainda são bastante escassas as observações desse fenômeno na escrita. Observar os problemas de natureza “grafofônica” na redação escolar pode ser, portanto, uma das possíveis razões para a compreensão do *continuum* fala-escrita, em perspectiva variacionista.

Palavras-chave: Variação. Escrita. Infinitivo.

1. *Considerações iniciais*

A variação e as mudanças linguísticas são fatores preponderantes para se considerar o estudo de uma língua aliado ao estudo de sua sociedade. Esses fatores ocupam a agenda da sociolinguística, uma abordagem interdisciplinar nos estudos da linguagem, cujas investigações restringem-se, grosso modo, ao âmbito da universidade. Ainda são escassas as iniciativas de se estudar língua e sociedade no âmbito da escola básica.

Considerar os fatores de variação e mudança no ensino de língua portuguesa, em nível de escola básica, torna-se o objetivo dorsal deste trabalho, na medida em que são emergentes as seguintes intervenções: a) a escola básica precisa superar o fosso que existe entre língua falada e língua escrita; b) as aulas de língua portuguesa podem ser uma oportunidade para a compreensão de que fenômenos variáveis são passíveis de sistematização.

Está assim organizado o trabalho:

Num primeiro momento, expõem-se as razões para o estudo de língua e sociedade em perspectiva interdisciplinar. Nesse item, em particular, é exposta também a necessidade de a escola assumir a variação

como uma premissa da língua como um fenômeno dinâmico e fluante nas comunidades humanas.

Além de pontuar o debate em torno do binômio língua e sociedade, são expostas também as razões para a seguinte discussão: as investigações em torno da variação podem ser contempladas por meio de possíveis interlocuções com o tema dos letramentos. Nesse sentido, fazer a perspectiva da variação dialogar com o letramento escolar pode subsidiar e fomentar discussões acerca de um tratamento mais proveitoso sobre os registros da língua.

Na segunda parte do trabalho, fala-se especificamente sobre os planos da língua (fonológico, morfológico e sintático, com as suas respectivas interfaces), em que é possível observar a mudança na estrutura e no funcionamento de unidades linguísticas em variação. Além de sinalizar a variação aparente na estrutura das unidades linguísticas, o objetivo deste tópico, sem sombra de dúvida, é apontar certa regularidade nos processos de variação e mudança.

O tópico dá conta, ainda, de um tipo de variação no trato da língua, a variação diamésica. Pouco abordada nos textos que abordam aspectos relacionados à mudança linguística, a variação diamésica recobre, de modo geral, uma série de considerações a respeito da comparação entre língua falada e língua escrita.

O terceiro subtema do trabalho dá conta do *continuum* fala-escrita. Nesse item aborda-se o fato de que não existe uma intervenção clara, na escola básica, a respeito dos registros em língua falada e dos registros em língua escrita e, conseqüentemente, há uma certa incompreensão do fator de monitoramento da linguagem. A escola não distingue com clareza norma padrão e norma culta.

A falta de clareza sobre as peculiaridades da língua falada e da língua escrita pode sinalizar problemas de natureza “grafofônica” na produção textual escolar. Muitas flutuações na escrita de alunos da escola básica sugerem uma superposição de formas da fala empregadas nos registros escritos. Essas formas, antes de serem vistas como meros erros, devem ser vistas como uma oportunidade de sistematização das características da oralidade e da escrita, respectivamente.

Para uma breve descrição e compreensão desses problemas de natureza “grafofônica”, o quarto tópico deste trabalho contempla uma análise de três redações escolares, com vistas à análise da ausência de mar-

cação do infinitivo no registro escrito. O infinitivo, traço morfofonológico dos verbos, assume no português brasileiro formas distintas (natureza significativa da língua falada) e formas gráficas (natureza representativa da língua escrita).

O mapeamento das formas atribuídas ao infinitivo na língua escrita ganha escopo nesta investigação do *continuum* fala-escrita, uma vez que implica um olhar mais detido acerca da transposição de registros em competição na escola básica: de um lado, há a língua que o aluno traz da sua comunidade linguística; do outro, há a força ideológica que a língua escrita imprime às comunidades.

Um trabalho desta natureza é, portanto, mais um esforço na tentativa de compreender as questões de variação circunscritas ao ensino de língua portuguesa. O mapeamento e a descrição das unidades da língua no texto escolar corroboram a noção de que muito se tem por fazer em termos de sistematização dos registros na escola básica.

2. *Linguagem e sociedade*

O binômio linguagem e sociedade é assim caracterizado por Tânia Maria Alkmim e Roberto Gomes Camacho (2006):

Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano. A história é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. (ALKMIM & CAMACHO, 2006, p. 21)

A organização humana em meio à sociedade é um fator para a existência de uma língua, de acordo com Tânia Maria Alkmim e Roberto Gomes Camacho. Por conseguinte, pode-se chegar à conclusão de que uma língua só existe porque as sociedades forjam, por meio de códigos/símbolos, sua própria linguagem.

Mais do que sinalizar a interdependência de linguagem e sociedade, a Sociolinguística, uma disciplina relativamente recente nos estudos da linguagem (constam da década de 1960 os primeiros estudos), busca a descrição de uma língua tal como ela é vista no meio social: imersa em contextos de produção verbal e passível de sistematização pelo analista da língua – o linguista.

A sistematização da produção verbal humana permite-nos compreender, de modo científico e epistemológico, que as línguas mudam e

variam. O compromisso do linguista com a variação e a mudança é entendido, portanto, como uma tarefa de dar ordem ao suposto *caos* (sem aspas) observado nessa produção verbal. Nesse sentido, a fala e a escrita são/devem ser objetos da descrição da linguagem em meio social.

A instituição escolar, como um produto social, talvez seja a que mais negligência o fato de que a linguagem se constrói nas sociedades ou por elas. O que corrobora essa constatação parece ser esta implicatura: a escola não sistematiza a produção verbal do aluno e ainda o faz transitar *à força* entre registros com os quais ele ainda não está familiarizado. De fato, há pouco investimento na sistematização da língua falada pelo aluno e, conseqüentemente, esse mesmo aluno apresenta problemas de sistematização da escrita.

A oportunidade de linguagem, sociedade e escola dialogarem constitui uma agenda desafiadora das questões pedagógicas no século XXI:

(...) é a sociolinguística que, revelando a covariação entre os fenômenos linguísticos e os fenômenos sociais, identifica diferenças linguísticas determinadas pela classe social do falante, diferenças que, hoje, geram antagonismos numa escola conquistada, através da democratização do ensino, por classes sociais anteriormente dela ausentes. (SOARES, 2017, p. 11)

A assunção dessa perspectiva para o ensino de língua portuguesa operado na escola básica impõe alguns direcionamentos. O primeiro deles envolve uma discussão sobre qual língua deve ser valorizada no ensino do português como língua materna – se é a falada ou a escrita. Ainda não há um consenso entre os especialistas sobre qual modalidade deve-se assentar a abordagem curricular nos ensinos fundamental e médio.

Embora não haja esse tipo de consenso nas pesquisas recentes acerca da língua falada e da língua escrita, um fato merece atenção, a saber: a transição dos registros observada na forma de expressão do aluno revela que há superposição de experiências com práticas de linguagem do círculo social do aluno (família, grupos sociais diversos) e escola (professor, membros da comunidade escolar).

A segunda razão para se conceber um ensino de língua portuguesa imerso em contexto de variação implica a concepção de que se deve atentar para a descrição de uma língua caracterizadora de marcas culturais particulares – o português brasileiro (PB). A noção de que o Brasil apresenta um quadro linguístico diversificado (geográfica e culturalmente falando) deve ser assentada na escola básica.

A adoção de um currículo de ensino de língua portuguesa que leve em consideração a sistematização e a descrição do português brasileiro precisa ser encarada como uma oportunidade de compreender a diversidade do público que frequenta a escola brasileira. Dessa forma, o ensino de língua pode abarcar as especificidades e as demandas apresentadas por esse público multifacetado.

Em linhas gerais, uma abordagem sociolinguística dos fenômenos da linguagem imersa em contexto social corrobora e reitera a noção de que um currículo de língua materna não deve negligenciar a perspectiva da variação e mudança linguísticas, sobretudo, no caso do ensino do português para falantes/escreventes nessa língua. Talvez estejam implicadas nessa proposta/concepção de currículo respostas significativas para o tratamento da linguagem na escola básica, com vistas à superação do preconceito.

3. Língua e variação

Para o tratamento da língua em perspectiva variacionista, concorrem variáveis de duas naturezas: as variáveis não linguísticas e as variáveis linguísticas. As primeiras abarcam, grosso modo, fatores externos ao sistema linguístico, ao passo que as segundas dão conta da sistematização de fenômenos de ordem fonológica, morfológica e sintática (considerando-se as suas respectivas interfaces).

Maria Cecília Mollica (2015) assim elenca uma série de fatores que configuram as variáveis não linguísticas:

Das variáveis externas ou não linguísticas, registram-se os marcadores regionais predominantes em comunidades facilmente identificadas geograficamente, em simultaneidade a indicadores de estratificação estilístico-social, de forma que a variação se projeta num contínuo em que se podem descrever tendências de uso linguístico de comunidades de fala caracterizadas diferentemente quanto ao perfil sociolinguístico. (MOLLICA, 2015, p. 27)

Além de pontuar essas variáveis externas, Maria Cecília Mollica (2015) sinaliza, como igualmente preponderantes, fatores como escolarização, contato com a escrita e nível socioeconômico, cuja relevância atinge e intervém nas questões de variação. Dentre todas essas variáveis, a que ganha destaque neste trabalho é o fator de escolarização, atuante, sem dúvida, no processo de aquisição da escrita na escola básica.

No trabalho de Sebastião Josué Votre (2015, p. 51), sobre a variá-

vel escolaridade, menciona-se a seguinte consideração: “A observação do dia a dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as frequentam e das comunidades discursivas”. Essa constatação leva-nos a crer que a instituição escolar muito contribui para que haja disparidades entre os processos de aquisição da fala (em meio natural) e da escrita (em meio conduzido pela intervenção curricular).

É claro que não se pode considerar neste trabalho a intervenção de todas as variáveis externas ao sistema linguístico, mas, sem sombra de dúvida, a compreensão de que a escolarização atua, sobremaneira, na aquisição e no uso da linguagem não pode ser posta em segundo plano. A escola é responsável pela disseminação da língua escrita, e o nosso papel é observar como se dá esse processo complexo.

Assim como as variáveis externas não podem ser consideradas em sua totalidade aqui, as variáveis internas também não o serão. As variáveis internas são aquelas que atuam, sincrônica ou diacronicamente, no sistema da língua, e a sua investigação merece um tipo de análise mais especializada, na medida em que as aparentes constatações ocorrem no segmento fonológico (perda, duplicação, alteamento de fonemas etc.), no segmento morfológico (marcação *versus* ausência de morfes etc.) e no segmento sintático (substituição e deslocamento de itens etc.), só para citar algumas ocorrências.

Sobre as variáveis linguísticas, pondera Vera Lúcia Paredes Silva (2015, p. 67) a respeito da influência dos estudos fonológicos em perspectiva variacionista:

É certo que, de início, os fenômenos escolhidos para análise pelos variacionistas, envolvendo principalmente diferenças de pronúncia, eram bem marcados socialmente. É certo ainda que, ao lado dos aspectos sociais, sempre se investigou a influência de variáveis (ou grupos de fatores) internos, isto é, de natureza linguística (fonológicos, morfofonológicos, sintáticos, semânticos etc.).

Neste trabalho, são privilegiados apontamentos acerca da natureza linguística morfofonológica – uma interface nos estudos variacionistas –, cuja apreensão ocorre justamente na passagem da língua falada para a língua escrita. Algumas das ocorrências mais comuns na escrita discente em nível de escola básica são a ausência do fonema /r/ em posição de travamento verbal – na condição de infinitivo verbal –, a marcação do gerúndio com a forma reduzida /no/ em vez de /ndo/ etc.

A oportunidade de contemplar as variáveis linguísticas esbarra,

ainda, na consideração do binômio culto e padrão. Como se pode verificar nos trabalhos acerca do chamado português brasileiro, existe uma dualidade de registros que transitam, segundo linguistas, entre o culto e o padrão. Ainda é um problema para muitos profissionais que lidam com o ensino de língua portuguesa a compreensão de que culto e padrão não são sinônimos.

Carlos Alberto Faraco (2008, p. 74), em estudo que busca diferenciar o culto e o padrão, sinaliza que o conceito de norma é primordial para os estudos linguísticos: “norma designa primordialmente aquele conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, habituais (‘normais’) numa determinada comunidade de fala”. Nesse sentido, o autor faz a seguinte associação: “o culto está para uma norma ‘real’, assim como o padrão está para uma norma ‘ideal’.

No trato com as variáveis internas ao sistema linguístico, existe ainda uma realidade a ser superada pela escola. No que diz respeito ao texto escolar, item analisado no tópico 5 deste trabalho, permanecem, como fatores de análise do texto escrito do aluno, atitudes que enviesam um olhar (geralmente o do professor) para essa norma *ideal* da língua, quando o aluno apenas espelha em seu texto uma norma *real*.

Dessa forma, um olhar objetivo para a produção textual escolar pode implicar a sistematização de formas alternantes/variáveis, cujas regularidades apontam uma escolha do aluno, em termos de norma “real”. A noção de que a análise do texto escolar endossa a clareza em torno do que sejam o “real” e o “ideal” corrobora um tratamento mais sistemático das variáveis tanto externas quanto internas nas aulas de português.

4. Continuum fala e escrita

É consenso entre linguistas o fato de que a língua falada é adquirida antes da língua escrita. Muitas são as intervenções acadêmicas para o entendimento de como se dá a aquisição de ambas, no sentido de que muitos especialistas se dedicam, sobretudo, às pesquisas em torno de variação e letramento.

Maria Cecília Mollica (2003, p. 18), em obra que dá conta do binômio variação e letramento, assim pontua:

Durante o letramento, os problemas decorrentes da relação fonema/ grafema surgem nas séries iniciais geralmente (cf. Scliar-Cabral, 2003), enquanto outros referentes a fenômenos dinâmicos da língua oral costumam ocorrer em

todo o percurso escolar.

A partir da constatação de Maria Cecília Mollica (2003, p. 18), nota-se que os processos de aquisição das duas variedades (a falada e a escrita) interceptam-se em momentos recorrentes da vida escolar – geralmente, posterior à fase de aquisição da língua falada. Dessa forma, não raras vezes, o professor depara-se com marcas de registro falado no texto escrito. Nessas oportunidades podem ser investidas estratégias de discussão/debate a respeito de formas alternantes da fala mapeadas na escrita.

Nesse sentido, é natural (ou pelo menos deveria ser encarada como natural) a superposição de registros provenientes de vias distintas (a oralidade e a escrita). O aluno não tem claramente exposto o princípio de que esses dois registros são adquiridos em momentos distintos do contato com a linguagem. A oralidade é apreendida em meio familiar/cultural, já a escrita é apreendida em meio institucional/escolar, o que significa dizer que esta ancora-se em fatores curriculares/formais.

O monitoramento desses registros distintos – fala e escrita – oportuniza, por intermédio do método pedagógico, um olhar mais atento, por parte do aluno, em relação às variedades do português. Talvez essa compreensão do monitoramento de registros não receba investimentos na vida escolar, uma vez que a escola adota/elege, sobremaneira, o registro escrito para as suas intervenções pedagógicas.

A distância que existe entre a fala e a escrita (sugerida pelo currículo escolar) pode ser a causa do baixo rendimento do aluno no que concerne à transição entre registros. Cabe salientar que o baixo investimento na leitura de gêneros textuais provenientes do registro falado da língua afeta e implica, consideravelmente, a postura de incompreensão e sistematização do *continuum* fala-escrita. Dessa forma, a transposição da fala para a escrita acarreta uma disputa de registros não sistematizados no letramento escolar.

Assim como Maria Cecília Mollica (2003), Darcília Marindir Pinto Simões (2006, em seus estudos sobre os problemas de natureza fonotráfica, assim se posiciona:

É óbvio o compromisso da escola com o domínio da língua em seu registro padrão, o qual é manifestado, na escrita, pelo estilo formal. Contudo, o período de letramento quase sempre coincide com o choque entre a variante popular (do aluno) e a variante padrão (do professor), especialmente nas metrópoles. (SIMÕES, 2006, p. 47)

Pode-se compreender com essas afirmações de Darcília Marindir

Pinto Simões (2006, p. 47) que é aparente a ruptura operada pela escola no tratamento das variedades oral e escrita. Por conseguinte, o aluno vê-se, no processo de letramento escolar por via da escrita, sem um “interlocutor” para fazer as suas experiências extraescolares dialogar na língua oral ou por ela. A perspectiva dos registros concebidos em *locus* de variação pode evitar essas disparidades.

A ampliação e mobilização do currículo escolar, com vistas à reparação do tratamento da fala na escola, em muito tem a contribuir para os estudos aplicados em torno da fala e da escrita. Em linhas gerais, listam-se a seguir as principais intervenções para uma melhor investigação acerca dos fenômenos de oralidade e de escrita:

- a) o investimento na leitura de gêneros textuais organizados primariamente no registro oral pode potencializar o olhar do aluno para formas/variantes que são mais frequentes/recorrentes no registro oral;
- b) a investigação de fonemas e grafemas pode fomentar a sistematização e a regularização de uma postura mais científica frente aos fenômenos linguísticos. Pela comparação de fonemas e grafemas, o aluno pode sistematizar, paulatinamente, formas da oralidade e formas da escrita;
- c) o investimento potencial na produção, tanto de gêneros orais quanto de gêneros escritos, pode ser um item facilitador à transposição de registros na escola básica. Dessa forma, o aluno da escola básica pode iniciar um processo duradouro a respeito das fases de aquisição (fala e escrita) da linguagem.

Ainda sobre a vinculação entre o estudo do texto, tanto oral quanto escrito, e as investigações variacionistas, pode-se mencionar que desde meados do século XX muitos linguistas têm investido no mapeamento dos registros de alunos de escola básica. Entre esses trabalhos, destaca-se a investigação de Claudinéia Barbosa de Azevedo e Marlete Carboni Tardelli (2002), cujo trabalho abarca os exercícios de transposição da fala para a escrita.

Conforme aponta Claudinéia Barbosa de Azevedo e Marlete Carboni Tardelli (2002), são frequentes os trabalhos contraproducentes em torno da fala e da escrita:

Dentro da função normativa se incluem as atividades de escrita cujo objetivo é a fixação de regras, convenções, instruções. É o que se verifica nos di-

tados, cópias e exercícios gramaticais, muito frequentes na prática do cotidiano escolar. (AZEVEDO & TARDELLI, 2002, p. 32)

Pela perspectiva da variação e do letramento, essas práticas pouco têm a contribuir para um efetivo trabalho de mapeamento e descrição dos registros de aluno na escola básica. Um olhar mais atento do professor de português, em relação ao texto do aluno, pode implicar um redirecionamento a respeito de como intervir nesse registro, de modo a considerar duas fases de aquisição distintas, a saber: as peculiaridades da aquisição da fala e as peculiaridades da aquisição da escrita, motivada por currículos.

5. Formas alternantes do infinitivo na escrita

O infinitivo, conhecido na tradição gramatical como forma nominal do verbo, apresenta formas alternantes/variantes (pode ser marcado ou não marcado) tanto na fala quanto na escrita. De acordo com José Carlos de Azeredo (2011, p. 341), o infinitivo pode materializar-se tanto em locuções verbais (vou fazer) como em sintagmas nominais (o falar).

Para ilustrar a marcação ou a ausência de marcação do infinitivo na escrita escolar, são expostas abaixo três redações de alunos de uma escola pública estadual do município de Nova Iguaçu, cidade localizada na Baixada Fluminense. As redações (Alunos 1, 2 e 3) foram coletadas de um banco de dados do ensino médio, mais precisamente são redações de alunos da 1ª série desse segmento.

O gênero textual é basicamente o verbete enciclopédico. Nesse gênero, a linguagem empregada pelo aluno transita, relativamente, entre o registro mais formal do dicionário e o registro científico de revistas especializadas em assuntos diversos. Caracteriza-se, portanto, como uma leitura/escrita que envia concepções gerais sobre conhecimento de mundo e atualidades.

Vamos ao primeiro texto:

Aluno 1

Economia – A economia é um sistema que no qual tem o poder de guiar um país ou impresas. Ela tambem pode *está* ligada a área da saúde, por que com a ajuda dela podemos saber os gastos de cada área.

O texto do Aluno 1 nitidamente apresenta desvios ortográficos de natureza grafofônica. É o caso, por exemplo, do registro escrito da pala-

vra “impresas” que se caracteriza como um desses casos de transposição de itens da fala impressos no registro escrito.

Mas o objetivo dessa análise não recai apenas no caráter ortográfico da escrita do aluno do ensino médio. Uma forma alternante do verbo *estar* foi empregada no texto escolar: veja-se que o aluno, em vez de empregar “pode *estar* ligada”, usa “pode *está* ligada” (com acento agudo). Na perspectiva variacionista, essa forma alternante do infinitivo surge em um contexto particular: veja-se que a variante ocorre na locução verbal (são três formas verbais), em que o infinitivo aparece entre as outras formas verbais (o verbo *pode* e o particípio *ligada*).

Pode-se pressupor dessa breve análise que dois contextos – morfosintático e morfofonológico – foram mapeados para o uso específico dessa forma alternante de infinitivo no texto escrito. Obviamente, o aluno ainda transpõe da sua fala espontânea a falta de marcação do /r/ na escrita. Esse pode ser, por conseguinte, um fator para a intervenção do professor que, sabendo desse contexto de flutuação do infinitivo em locuções verbais, pode apresentar intervenções decisivas sobre esse tipo de forma variante em sala de aula.

Vamos ao segundo texto:

Aluno 2

Sistema solar – O sistema solar é o nome que se *dar* ao que acontece em volta do sol, onde os planetas giram em sua volta fazendo o movimento de rotação. Nele também acontece a translação que é o movimento que os planetas fazem em torno de si mesmo, causando dia e noite.

No texto do Aluno 2, ocorre processo inverso ao que ocorre no texto do Aluno 1: o Aluno 2, diferentemente, marca o infinitivo na escrita. No entanto, essa marcação não corresponde ao padrão da língua escrita, uma vez que o verbo *dar*, neste caso, apresenta-se acompanhado do pronome *se* e, além disso, deveria ser conjugado na 3ª pessoa do singular – *se dá* –, pelo fato de o referente textual ser *nome*, o que levaria o verbo da oração adjetiva à forma de terceira pessoa.

Mapeia-se, dessa forma, uma outra variante para o infinitivo, na escrita: em contextos de verbos pronominais, pode haver a flutuação da marcação *versus* não-marcação do infinitivo na escrita. Nesse caso, a forma variante em questão estaria, basicamente, restrita a um caso morfosintático (por envolver conjugação verbal e por envolver casos de pronominalização verbal).

Ainda nesse registro do Aluno 2, nota-se nitidamente um caso particular de hipercorreção (uso de uma variante que não se sustenta em nenhuma norma). Talvez a marcação do infinitivo em *se dar* atenda a um parâmetro de monitoramento da linguagem em situações comunicativas (nesse caso, a produção do texto escrito a ser corrigido pelo professor) de disputa/competição de registros.

Diante dessa variante, é oportuno salientar que um investimento na análise dos modelos de conjugação verbal seja necessário. O impasse em se deparam os professores de português talvez tenha origem nas tabelas de conjugação verbal, nas quais convivem formas opostas (singular/plural) e formas que implicam um olhar atento para a conjugação (infinitivo pessoal/infinitivo impessoal).

Dessa maneira, pode-se observar que o infinitivo traz uma série de implicações necessárias e oportunas para o debate sobre a variação em sala de aula. Veja-se que os textos de alunos (1 e 2) apresentados até agora são do ensino médio, o que nos sugere, de fato, a transposição de ideologias da fala para o texto escrito. Conforme apontam os sociolinguistas, esse tipo de transposição não deve causar alarme, na medida em que perpassa toda a vida escolar, inclusive o ensino superior. Em qualquer nível de escolaridade, a escrita assume traços marcantes e significativos da oralidade.

Por fim, vamos ao texto do Aluno 3:

Aluno 3

Internet – A internet ela pode ser usada para varias coisa, proexemplo *procura* noticias, ver bestera, ver fofoca, ver o tempo, e muito mais isso e a internet pode fazer na nossas vidas.

A não marcação do infinito no texto do Aluno 3 também é de natureza morfossintática. No entanto, cabe mencionar que, nesse registro, a organização do núcleo do predicado (o verbo *procura*) e o contato com argumento interno (o objeto direto *noticias*) são fatores contextuais para o mapeamento dessa forma alternante de infinitivo.

Note-se que o Aluno 3 marcou com a desinênciade infinitivo a terminação do verbo “ver”. É no mínimo curiosa a noção de que o aluno tem consciência do processo de paralelismo sintático no emprego do verbo *ver* (todos estão marcados com o infinitivo), mas não o tem com o verbo *procurar* (que também está na sequência e faz parte da estrutura paralelística).

Nesse caso particular, o uso do infinitivo exige um conhecimento mais aprofundado sobre a relação do verbo com os seus respectivos argumentos, a saber: trata-se de um caso de transitividade verbal, em que a relação de complementação merece destaque e, sem dúvida, exige estágios mais avançados de aprendizagem dos processos sintáticos que envolvem também predicação verbal. É um caso distinto dos anteriores.

Os três exemplos são, nesse sentido, ilustrativos, na medida em que apontam caminhos para se observar contextos gramaticais (portanto, internos ao sistema) em que se manifestam formas alternantes do infinitivo no texto escrito. A compreensão desses contextos pode municiar o professor no tratamento adequado em relação à leitura, à correção de textos e aos caminhos necessários para a discussão da variação em sala de aula. Segue abaixo o Quadro 1, que pode alimentar essa discussão acerca das regras pautadas na variação:

Segmento do corpus	Contexto de forma alternante
“pode <i>está</i> ligada”	locução verbal
“se <i>dar</i> ”	pronome + verbo
“ <i>procura</i> notícias”	verbo + complemento

Quadro 1

6. Considerações finais

Por meio das aulas orientadas pela/na perspectiva variacionista, o aluno adquire uma postura mais reflexiva acerca dos fenômenos variáveis encontrados no seu próprio texto (o texto dele passa a ser uma fonte primária para a análise da língua). Nas palavras de Ataliba Teixeira de Castilho (2002, p. 22):

A aula de gramática deve implicar numa atuação participante de professor e alunos, movidos pelo desejo da descoberta científica. A ordenação dos achados é uma fase final no procedimento pedagógico. Feitas as descobertas, vamos classificar os dados, organizando quadros sinóticos, e só então teremos um elenco de regras descritivas.

A postura científica – empreendida pelo professor – é/pode ser acolhida no projeto variacionista por intermédio dos seguintes redirecionamentos:

- a) a compreensão de que língua e sociedade são indissociáveis precisa permear o currículo escolar, de tal modo que o registro do aluno não seja estigmatizado no processo de transposição da língua falada para a língua escrita. Esse processo, como foi a-

pontado aqui, implica processos díspares de fases distintas de aquisição;

- b) a língua falada deve ocupar, de modo equânime à língua escrita, o currículo escolar. A compreensão de que há registros coloquiais e cultos tanto na língua falada quanto na língua escrita amplia os horizontes acerca da abordagem da fala em sala de aula. A fala tem uma gramática e precisa, portanto, ser sistematizada, assim como a escrita;
- c) a sistematização e a apreensão das regularidades da língua podem fazer parte, de modo mais frequente, das aulas de língua portuguesa. Analisar e descrever a língua são meios para se captarem os usos mais frequentes em determinados registros – inclusive o próprio registro do aluno;
- d) no caso particular do mapeamento do infinitivo na escrita escolar, encontraram-se contextos específicos em que o aluno flutua na marcação ou não desse segmento gramatical. Essas constatações podem sugerir um trabalho pedagógico voltado à análise do infinitivo na redação escolar, uma vez que esse tipo de registro (o texto do aluno) se mostra propício ao exame de formas alternantes e de regras variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria; CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.

AZEVEDO, Claudinéia Barbosa de; TARDELLI, Marlete Carboni. “Escrevendo e falando na sala de aula”. In: CITELLI, Beatriz; GERALDI, João Wanderley (Orgs.). *Aprender e ensinar com textos de alunos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

_____. Relevância das variáveis não linguísticas. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Vera Lúcia Paredes. Relevância das variáveis linguísticas. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SIMÕES, Darcília Marindir Pinto. *Considerações sobre a fala e a escrita: fonologia em nova chave*. São Paulo: Parábola, 2006.

SOARES, Magda Becker. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015.